



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2022v31n2.61514

Ana Vitória Dias Lima, Clarice Nascimento de Melo  
**Currículo da Educação do Campo no estado do  
Pará nos anos de 2010 e 2018**

# **CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO PARÁ NOS ANOS DE 2010 E 2018**

Ana Vitória Dias Lima [\*]

Clarice Nascimento de Melo [\*\*]

## **RESUMO**

O presente artigo consiste em uma análise documental com base na metodologia qualitativa que partiu do seguinte questionamento norteador: como o itinerário da construção curricular da educação do campo se deu no estado do Pará nos anos de 2010 a 2018? A partir disso, busca-se contribuir para a produção de conhecimento significativo e aprofundamento teórico acerca deste, haja vista que os modelos urbanos de educação não abarcam a população do campo, e este entrave é um dos diversos que fazem com que estes indivíduos percam sua identidade social. Foi fundamental ressaltar a relevância histórico-social desta comunidade por meio da apreciação dos documentos: Documento Curricular do Estado (2018) que consiste em uma normativa educacional do estado do Pará que reforça discursos, práticas e perspectivas em relação ao currículo praticado no cotidiano escolar pelos sujeitos que produzem conhecimento, além da Resolução 001/2010 CEE-PA, que trata da regulamentação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. Somados a isso, outros alicerces teóricos foram utilizados para referenciar a história do currículo educacional do campo para a construção de uma justiça curricular.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação do Campo. História da Educação.

---

[\*] Especialista em Currículo da Educação Básica pela Universidade Federal do Pará.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7382-1120>  
E-mail: [vituria@outlook.com](mailto:vituria@outlook.com)

[\*\*] Professora Associada da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica - PPEB.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7287-5648>  
E-mail: [mnclarice@gmail.com](mailto:mnclarice@gmail.com)

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 2, p. 39-53, maio/ago., 2022



## **INTRODUÇÃO**

A Educação do Campo pode ser entendida como parte integrante da política que atende a todo espaço educativo que se dá em diversos contextos, como o da floresta, das minas e afins, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. Diante disso, analisar como sua historicidade é de suma importância, haja vista que ocorreram mudanças importantes na construção das propostas curriculares para essa modalidade da educação, ao longo do tempo no país, sendo necessário compreendê-las historicamente.

Destacamos, inicialmente, alguns dos problemas históricos presentes nas políticas para educação do campo: a falta de apoio às iniciativas de renovação pedagógicas, os currículos deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses desses sujeitos que vivem no epicentro da exclusão social.

O estado do Pará vem acompanhando esse movimento de construção de políticas para a educação do campo a seu modo e em diálogo com as normativas nacionais. Para contribuir com a discussão sobre essa política traçamos como objetivo deste artigo analisar as propostas curriculares para a educação do campo, a partir de uma abordagem histórica no marco temporal dos anos de 2010 a 2018, destacando as alterações presentes em documentos curriculares para a educação do campo do estado do Pará.

A razão da escolha desse tempo está na efetivação de duas normativas importantes formuladas no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Pará, que contemplam explicitamente essa modalidade de ensino e indicam as diretrizes curriculares para as escolas do campo paraenses.

Optamos por realizar uma pesquisa histórica de base documental, no âmbito da pesquisa qualitativa como indica Oliveira (2007), haja vista que consideramos que o conhecimento histórico pode nos oferecer elementos muito relevantes, uma vez que a educação está intimamente entrelaçada aos significados da sua história. Como fonte de estudo utilizamos a Resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010 (PARÁ, 2010) e o Documento Curricular para Educação do Estado do Pará, de 2018 (PARÁ, 2018).



Sendo o primeiro documento referente a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará, e o segundo, trata-se de uma normativa da educação que reforça discursos, práticas e perspectivas em relação ao currículo praticado no cotidiano escolar no estado do Pará. Além disso, é válido pontuar que o presente trabalho, a partir da utilização de análise documental em pesquisa, visa apresentar o processo de uma investigação que objetivou compreender as mudanças presentes no currículo da educação do Campo no estado do Pará, nos anos de 2010 e 2018.

Para o alcance do objetivo, apresentaremos inicialmente os estudos teóricos que fundamentaram nossa concepção de educação do campo e de currículo; em seguida apresentamos uma síntese histórica da educação do campo no Brasil; e, nas duas seções seguintes trataremos da análise da política curricular para a educação do campo a partir dos documentos objeto de estudo.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E CURRÍCULO: ESTUDOS TEÓRICOS**

O acesso às políticas públicas educacionais, desde a construção de escolas à contratação de professores, às experiências educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e do Projeto de Educação em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária (PRONERA) foram conquistas da população do campo em sua luta pela terra e por educação. Diante disso, queremos problematizar, neste momento, porque se tornou necessária a implementação de um currículo que incluísse diretamente essa parcela da população diversa que constitui o Brasil, além do fato de esse movimento ter se dado na década de 2000.

Para a análise dessa questão é importante destacar que os modelos urbanos de educação eram aplicados a esta população. Os estudos teóricos apontam que esses currículos tradicionais pouco têm contribuído na vida e formação de crianças, jovens e adultos do campo. Marinho e Delgado (2019) afirmam que os sujeitos pertencentes a um grupo estigmatizado, a exemplo da população do campo, vivem num contexto de extrema



vulnerabilidade social e devido a isso, “necessitam construir percursos emancipatórios e de empoderamento assentes em experiências educacionais potenciadoras de mais justiça social [...]” (MARINHO; DELGADO, 2019, p. 965).

Possibilitar a ressignificação de identidades e memórias vivenciadas pelos sujeitos que experienciam a superação de diversos entraves, a exemplo do analfabetismo, da fome ou ausência de projetos emancipatórios é o que consiste, à justiça curricular. Arroyo e Fernandes nos chamam a atenção para o fato de que:

O termo “campo” é resultante de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais, mesmo diante de relutâncias em contextos academicistas de estudos rurais. (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 104 *apud* SANTOS, 2017, p. 212).

Essa assertiva conceitual é necessária pois historicamente, segundo Santos (2017), percebe-se que o conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculado à educação “no” campo, descontextualizada, elitista e ofertada para uma minoria da população nacional. Diante disso, romper com a ideia de educação rural é uma das prioridades da educação do campo (TRAVESSINI, 2015). Arroyo e Fernandes (1999, p. 23) afirmam que “o campo é um espaço de particularidades e matrizes culturais”.

Portanto, este espaço social constitui possibilidades políticas e de formação crítica e de resistência. Cabe à educação do campo, fomentar ideais que acumulem forças e saberes que contribuam para a descolonização entre campo e cidade.

Tendo em vista que a educação voltada à população do campo é historicamente estigmatizada em diversos sentidos, suas especificidades, têm sido objeto de pesquisa ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Consolidando, assim, o trabalho a partir de discursos, currículos e identidades marcados por conotações urbanas, o que resulta em currículos que deslegitimam a necessidade e potencialidades do campo.

Essa perspectiva crítica no campo do currículo, fora discutida por Tadeu da Silva (1999) como oposição à padronização do ensino tradicional e tecnicista, própria da perspectiva teórica de Bobbit e Tyler, precursores dos estudos sobre o campo do currículo. Nessa perspectiva, o ideário tecnicista do ensino tradicional objetiva atender às demandas capitalistas, uma vez que estes modelos são voltados para a economia. Isto é, a ideia

**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 2, p. 39-53, maio/ago., 2022**



conservadora de institucionalização da educação molda os objetivos e formas de educação de massas e em massa.

Além disso, a teoria tradicional, além de possibilitar a hierarquização do sistema educacional urbano em detrimento do campo, reduz os valores históricos e culturais de comunidades diversas, outrossim, inferioriza um povo por meio de estereótipos. Sob a ótica de Maldonado-Torres (2007) os currículos são estruturados por uma colonização do conhecimento que operam por meio de mecanismos, a exemplo do mercado capitalista mundial.

Para o campo teórico crítico é necessário que o currículo, além de possibilitar a aprendizagem, a produção de conhecimento por parte dos próprios sujeitos e, assim, mais justiça cognitiva e social, o currículo deve ser constituído como uma possibilidade de desafiarlo ao currículo, no sentido de sua recontextualização e recriação, para que o contexto situacional do sujeito passe a ser valorizado.

Além disso, é evidente que o currículo, sob o viés crítico, não é neutro, pois ele é pensado especificamente para quais tipos de pessoas que irão perpassar por ele, isto é, está intrínseco nas políticas culturais de formação social dos indivíduos. Ademais, é fulcral levar em consideração que o currículo é o percurso a ser seguido dentro e fora do espaço escolar.

Sem dúvidas, o currículo crítico atende às demandas históricas da educação do campo pois a formação de disciplinas e conteúdos constroem a base de uma educação que visa à transformação e a partir disso, se faz fundamental compreender que o currículo não é somente uma questão de técnica, mas sim uma possibilidade que proporciona ao indivíduo a construção de uma nova visão sobre o meio social.

A teoria crítica do currículo baseia-se nas relações ideológicas, políticas e culturais com o objetivo de construir um currículo que promova o desenvolvimento do sujeito crítico. Não é à toa que essa teoria contesta a neutralidade ideológica da formação social, haja vista que o indivíduo do campo não é formado apenas para o trabalho, como também é formado para viver em sociedade.



## **PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM CONTEXTO HISTÓRICO**

O itinerário da educação, tanto na esfera nacional, quanto na estadual, foram marcados por contextos históricos heterogêneos. Em razão disso, as mudanças ocorridas nesses cenários, no âmbito estadual de 2010 a 2018, coexistem no contexto da política de educação para as populações do campo no Estado do Pará.

Com forte expressão em nível dos estados da federação e em alguns municípios, visando sempre articular as lutas pelo direito à terra e à educação, os movimentos sociais e sindicais do campo têm se organizado em prol da garantia de seus direitos, sendo nacionalmente conhecidos como Movimento de Educação do Campo, e no Estado do Pará, como Movimento Paraense de Educação do Campo. Contudo, apesar dos constantes avanços obtidos, lamentavelmente, a realidade educacional no estado ainda denuncia que no campo pode-se identificar os maiores índices de analfabetismo, de falta de estrutura, de fechamento de escolas, de currículos que não atendem os saberes locais e das altas taxas de exclusão escolar. Prova disso é que do total da população do Pará, acima de 15 anos, com 1.526.230 habitantes, 11,7% são analfabetas, perfazendo um total de 178.570 habitantes. Contudo, é desigual a distribuição desse contingente de analfabetos segundo a localização. No meio urbano a taxa de analfabetismo é de 8% em contraste com 20,6% no meio rural (IBGE, 2011).

Atualmente, tanto no sistema federal, como nos estaduais e municipais, busca-se fomentar a construção das políticas educacionais a partir das vivências das populações do campo, tendo seus princípios incorporados a vários documentos normativos de cunho nacional e estadual. Entre eles, podemos destacar a Resolução nº 04/2010 - CNE, que reconhece a Educação do Campo como modalidade de ensino específica e define a identidade da escola do campo (BRASIL, 2010b, p. 57). E posteriormente é ampliada pelo Decreto n. 7.352/2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o PRONERA (BRASIL, 2010a), desenvolvida durante a Presidência de Dilma Rousseff e no Governo do Pará, na gestão de Ana Júlia Carepa.

Somado a isso, a Portaria 86/2013 do Ministério da Educação (MEC) que institui o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO (BRASIL, 2013a) e a Lei n. 12.960/2014, da Presidência da República que altera o art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da



Educação - LDB (BRASIL, 2014) para inserir a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, instituídas ainda no governo de Dilma Rousseff e à nível estadual, do Governador Simão Jatene.

É nesse contexto que são formulados a Resolução n. 001 de 5 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a regulamentação e consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará (PARÁ, 2010) e o Documento Curricular do Estado do Pará (PARÁ, 2018), que visa orientar as ações educativas no Estado do Pará. Em ambos os documentos encontramos a educação do campo como objeto da política curricular estadual.

## **POLÍTICA CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARÁ EM 2010**

A Resolução n° 001/2010 CEE PA trata da regulamentação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. Nesse documento a oferta de Educação Básica para a população do campo deve ser promovida mediante à implementação de adaptações para a adequação às peculiaridades da vida rural de cada região do Estado do Pará (PARÁ, 2010).

Observou-se que, apesar de não existir um item específico que trate dos princípios que regem a Educação do Campo, o documento, que tem como normativas basilares o Artigo 211 da Constituição Federal, os Artigos 8° e 10° da LDB e o Anteprojeto de Resolução 003/2009 CEE/PA, visa reforçar a relevância da inclusão das especificidades da realidade sociocultural dos povos do campo no currículo e também nas práticas pedagógicas através dos seus conteúdos curriculares, metodologias apropriadas às necessidades e interesses dos alunos do Campo. Tudo isso, adequado à natureza do trabalho.

Tal oferta de educação, apresentada no documento supracitado está voltada à população rural em seus diversos contextos de vida e produção, deve ser promovida através da inclusão de mudanças necessárias à sua adequação, com enfoque nas particularidades da vida rural de cada região. A ressignificação deste conhecimento pode constituir em grande possibilidade de formação humana, pois supera a cultura do capitalismo, naquilo que Freire



(1974) conceitua como educação bancária que aliena e dificulta os povos do campo e seus movimentos de resistência à expansão capitalista em seus territórios e seus modos de vida.

Quanto à democratização da educação, que segundo os pressupostos Freireanos, necessita adequar-se à realidade do educando, observou-se que o documento também aborda um conceito relevante, contudo, de forma limitada. O conceito de identidade social não é apresentado neste documento, sendo restrito à escola e não à sociedade, como percebemos abaixo no Artigo 98 da Resolução nº 001/2010 CEE PA.

Art. 98. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (PARÁ, 2010).

Essa ideia é reforçada no Artigo 99 ao evidenciar que o projeto institucional das escolas do campo é fruto de um trabalho compartilhado entre todos os setores comprometidos com a democratização da educação escolar, com a qualidade social, em desenvolvê-la com base nas pautas do campo, o que é fundamental para a garantia da sustentabilidade e valorização da identidade desta comunidade.

Além disso, é importante ressaltar que ao mencionarmos identidade da escola, observa-se que isso se efetiva na escola do campo, conforme está definida nas Diretrizes Operacionais da Educação do Campo (BRASIL, 2002):

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (BRASIL, 2002).

Outra temática presente no documento trata da compreensão da produção cultural dos povos camponeses, Tardin (2012, p. 178) afirma que “toda a criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva o estabelecimento dos modos de vida”. Isto é, o camponês “se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos históricos  
**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 2, p. 39-53, maio/ago., 2022**



que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades com as transformações necessárias à sua reprodução material e espiritual, gerando uma miríade de expressões particulares [...]” (TARDIN, 2012, p. 179).

Com base neste entendimento de cultura, faz-se necessário superar a visão estigmatizada de que os sujeitos do campo têm menos direitos ou cultura inferior em relação à cultura dos sujeitos que vivem na cidade.

Observa-se, por fim, que as propostas pedagógicas voltadas à escola do campo, segundo esta Resolução, visam o respeito às diferenças e à democratização do acesso, uma vez que elaboradas no interior dessas instituições, adequadas e avaliadas com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013b).

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARÁ EM 2018**

O Documento Curricular do Estado do Pará de 2018 trata-se de uma normativa educacional do estado que reforça discursos, práticas e perspectivas em relação ao currículo praticado no cotidiano escolar pelos sujeitos que produzem conhecimento. Os princípios que regem o Documento reportam para o “respeito às diversas culturas amazônicas e suas inter-relações no espaço e no tempo; educação para a sustentabilidade ambiental, social e econômica; interdisciplinaridade no processo ensino-aprendizagem” (PARÁ, 2018, p. 14). Tais princípios ressaltam a educação como prática cultural a partir da diversidade regional.

Ao tratar de Educação do Campo, o Documento Curricular do Estado do Pará (2018) indica que é importante ressaltar que tal modalidade de ensino implica saberes, práticas e representações socioculturais de sujeitos, suas identidades e identificação com o seu espaço. Diante disso, compreende-se que tal concepção vai além das noções geográficas pois engloba diversas dimensões políticas dos seus residentes, os quais reforçam uma comunidade heterogênea composta por ribeirinhos, agricultores, extrativistas, assentados, caiçaras, acampados da reforma agrária, indígenas, pescadores e agricultores (PARÁ, 2018, p. 31).

Ainda sob tal perspectiva, afirma Hage que:

A Educação do Campo tem sido compreendida enquanto estratégica para o desenvolvimento sócio-econômico do meio rural, resultado das mobilizações



dos movimentos sociais do campo e da apresentação por parte desses sujeitos coletivos de proposições e práticas inovadoras, sintonizadas com as especificidades que configuram a diversidade sócio-territorial do campo no Brasil. (HAGE, 2010, p. 1).

A partir disso, o Documento também prescreve que a Educação do Campo é desenvolvida a partir da vontade de romper modelos políticos e socioeconômicos estigmatizadores. Ressaltando assim, que a mesma deve ser pensada sob uma perspectiva transformadora de realidades. Segundo o Documento “Ela deve possibilitar pensamentos críticos sobre o país a partir do lugar, assim como práticas que façam do lugar o ponto de partida para a elaboração de um país no qual a diversidade e a heterogeneidade são afirmadas.” (PARÁ, 2018, p. 32).

Ainda nesse documento o acesso e a permanência na instituição educacional do campo foram repensadas visando a reconstrução de um currículo que valorize a justiça social, haja vista que as necessidades culturais, sociais e a formação desses sujeitos devem ser desenvolvidas a partir de um currículo que vise reafirmar as identidades culturais, como se vê abaixo:

[...] As pessoas que vivem na área rural passam a ter direito a uma educação diferenciada daquela oferecida aos que vivem na cidade. Esse direito extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, sociais e a formação integral desses sujeitos. Considerando a universalização do acesso e permanência na escola do campo em nível de Educação Básica para crianças jovens e adultos faz-se necessária a (re)construção coletiva do currículo e do Projeto Político Pedagógico (PPP) das referidas instituições educacionais, a partir das experiências e acúmulos dos seus sujeitos e da comunidade local, a fim de (re)afirmar suas identidades, culturas, valores éticos, práticas solidárias e democráticas capazes de superar os principais problemas da sala de aula entre eles a aprendizagem de turmas seriadas ou multisseriadas. (PARÁ, 2018, p. 595).

Por conta disso, o Documento reafirma a organização do trabalho pedagógico para superar a seriação no ensino visando possibilitar vivências educativas através do vínculo entre a experiência curricular e eixos temáticos que contemplem os contextos locais a partir da inclusão de componentes que valorizem diversas questões societárias. Diante disso, tal trabalho fora realizado:



Incorporando componentes curriculares que valorizem: O tempo e o espaço amazônicos, a constituição dos modos de vida das populações tradicionais; a diversidade da religiosidade; a (re)afirmação da cultura, da herança social, dos saberes local e identidade dos sujeitos e dos movimentos sociais no campo; A temática de gênero: o papel da mulher, sua participação na produção e na comunidade, etc. Memória do trabalho da mulher e do negro no campo; Resgate da memória, da história oral, das lendas e mitos que conferem identidade à Amazônia e suas populações; Orientações sobre a estrutura e desenvolvimento das organizações no meio rural, gestão de empreendimento rurais solidários; Contemplação de conhecimentos sobre a saúde, nutrição e segurança do trabalho no campo; As tecnologias sociais e produtivas no campo; A educação ambiental como componente formativo indispensável; Formação integral dos sujeitos do campo; Incorporação de práticas agrícolas. (PARÁ, 2018, p. 596).

Diante disso, observa-se que o Documento Curricular do Estado do Pará (2018) não só reafirma pautas já evidenciadas nos documentos legais que regem a Educação do Campo anteriores a 2018, como também, destaca novas perspectivas fundamentais para a efetivação da democratização da educação em seus diversos contextos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo pautado na política curricular do estado do Pará nos fez observar que o sistema educacional tem assumido suas responsabilidades sociais por meio de suas prescrições curriculares de contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade que respeite seus micro contextos, haja vista que a comunidade do campo se encontra historicamente num contexto de exclusão social. Concluimos com este estudo que estes avanços ocorridos foram construídos ao longo de muitas lutas que resultaram em alterações no sistema educacional brasileiro. Vemos isso nas mudanças importantes ocorridas desde a primeira normativa que incluía a população do campo até hodiernamente.

Os documentos normativos analisados possuem pontos semelhantes em suas ideais, que visam somar para aqueles contextos. Ressaltamos, ainda que, apesar do salto histórico de oito anos entre as normativas, consideramos que há elementos que ainda precisam ser desenvolvidos, visando a efetivação plena das medidas de democratização educacional, a exemplo das questões identitárias sociais que não são abordadas na Resolução CEE-PA 001/2010, entretanto, é apresentada de forma sucinta do Documento Curricular do Estado de

**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 2, p. 39-53, maio/ago., 2022**



2018.

Além disso, o Documento Curricular do Estado de 2018 traz atualizações ao pontuar princípios que regem tal documento, diferentemente da Resolução de 2010. Outra questão observada é o fato de que, apesar de ambos os documentos tratarem de normativas estaduais aplicáveis à Educação Básica no sistema estadual de ensino do Pará, o Documento Curricular de 2018 aborda diretrizes específicas como a construção da política educacional pelo regime de colaboração com os municípios, política curricular, inclusão e diversidade, formação e valorização dos trabalhadores da educação.

Por fim, como evidenciada no segundo documento, a questão da reorientação das organizações pedagógicas para possibilitar vivências educativas por meio da associação da experiência curricular com os eixos temáticos que contemplem os contextos locais são fulcrais. Apesar dessas divergências, é evidente que a Resolução CEE-PA 001/2010 foi fundamental para o desenvolvimento de normativas posteriores a contar o Documento Curricular do Estado do Pará de 2018.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Col. Por uma educação Básica do campo, n. 2.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002. Instituiu diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto n. 7.352, de 04 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm). Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 04 de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 86, de 1º de fevereiro de 2013. Gabinete do **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 2, p. 39-53, maio/ago., 2022**



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2022v31n2.61514

Ana Vitória Dias Lima, Clarice Nascimento de Melo  
**Currículo da Educação do Campo no estado do  
Pará nos anos de 2010 e 2018**

Ministro. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de dezembro de 2013a. **Diário Oficial da União**, Brasília, 4 de fevereiro de 2013. Seção 1, pág. 28.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013b. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 maio 2021.

BRASIL Presidência da República. Casa Civil. **Lei n. 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12960-27-marco-2014-778312-publicacaooriginal-143651-pl.html>. Acesso em: 17 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

HAGE, Salomão; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (orgs.). **Escola de Direito: reinventando a Escola Multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id\\_cpmenu/5800/MALDONADO\\_Torres\\_ON\\_THE\\_COLONIALITY\\_OF\\_BEING\\_1550515847301\\_5800.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5800/MALDONADO_Torres_ON_THE_COLONIALITY_OF_BEING_1550515847301_5800.pdf). Acesso em: 13 dez. 2021

MARINHO, Paulo; DELGADO, Fátima. A curriculum in vocation Courses: the recognition and (re)construction of counterhegemonic knowledge. **The Educational Forum**, v. 83, n. 3, p. 251-265, 2019. Disponível em: [http://www.researchgate.net/publication/333522323\\_A\\_Curriculum\\_in\\_Vocation\\_Courses\\_The\\_Recognition\\_and\\_ReConstruction\\_of\\_Counterhegemonic\\_Knowledge\\_SCOPUS](http://www.researchgate.net/publication/333522323_A_Curriculum_in_Vocation_Courses_The_Recognition_and_ReConstruction_of_Counterhegemonic_Knowledge_SCOPUS). Acesso em: 26 maio 2021.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 01 de 5 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. Pará, 2010. Disponível em: [http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/RESOLUCAO\\_001\\_2010\\_REGULAMENTACA\\_O\\_EDUC\\_BAS-1.pdf](http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/RESOLUCAO_001_2010_REGULAMENTACA_O_EDUC_BAS-1.pdf). Acesso em: 13 dez. 2020.

PARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Documento Curricular para Educação do Estado do Pará**. Documento Curricular capaz de orientar as ações educativas no Estado do Pará. Pará, 2018.

**Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 31, n. 2, p. 39-53, maio/ago., 2022**



TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. *In*: CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.178-187.

TRAVESSINI, Desideri Marx. **Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguacu**, PR. 2015. Disponível em: <http://dspace.unilla.edu/handle/123456789/383>. Acesso em: 13 dez. 2020.

## **CURRICULUM OF FIELD EDUCATION IN THE STATE OF PARÁ IN 2010 AND 2018**

### **ABSTRACT**

This article consists of a document analysis based on the qualitative methodology that started from the following guiding question: how did the itinerary of the curriculum construction of rural education take place in the state of Pará in the years 2010 to 2018? From this, we seek to contribute to the production of significant knowledge and theoretical deepening about it, given that urban models of education do not cover the rural population, and this obstacle is one of several that make these individuals lose their social identity. It was essential to emphasize the historical-social relevance of this community through the appreciation of the documents: Documento Curricular do Estado (2018) which consists of an educational regulation of the state of Pará that reinforces discourses, practices and perspectives in relation to the curriculum practiced in the school routine by the subjects that produce knowledge, in addition to Resolution 001/2010 CEE-PA, which deals with the regulation of state and national standards applicable to Basic Education in the State Education System of Pará. rural educational curriculum for the construction of curricular justice.

**Keywords:** Curriculum. Countryside education. History of Education.

## **CURRÍCULO DE EDUCACIÓN DE CAMPO EN EL ESTADO DE PARÁ EN 2010 Y 2018**

### **RESUMEN**

Este artículo consiste en un análisis de documentos basado en la metodología cualitativa que partió de la siguiente pregunta orientadora: ¿cómo ocurrió el itinerario de la construcción curricular de la educación rural en el estado de Pará en los años 2010 a 2018? A partir de ello, buscamos contribuir a la producción de conocimiento significativo y profundización teórica al respecto, dado que los modelos urbanos de educación no alcanzan a la población rural, y este obstáculo es uno de varios que hacen que estos individuos pierdan su identidad social. Fue fundamental enfatizar la relevancia histórico-social de esta comunidad a través de la apreciación de los documentos: Documento



DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2022v31n2.61514

Ana Vitória Dias Lima, Clarice Nascimento de Melo  
**Currículo da Educação do Campo no estado do  
Pará nos anos de 2010 e 2018**

Curricular do Estado (2018) que consiste em un reglamento educativo del estado de Pará que refuerza discursos, prácticas y perspectivas en relación al currículo practicada en el cotidiano escolar por los sujetos que producen conocimiento, además de la Resolución 001/2010 CEE-PA, que trata sobre la regulación de las normas estaduais y nacionales aplicables a la Educación Básica en el Sistema Estatal de Educación de Pará. construcción de justicia curricular.

**Palabras clave:** Reanudar. Educación rural. Historia de la educación.

---

Submetido em: fevereiro de 2022.

Aprovado em: maio de 2022.

Publicado em: julho de 2022.